



PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XVIII — N.º 184 — SÃO PAULO FEV.º e MARÇO DE 1974 — RED. R. LIBERO BADARÓ, 488 - 5.º ANDAR S/ 50 — C. POSTAL 6248 - PREÇO Cr\$ 1,00

Fascismo intensifica repressão

OFENSIVA TOTAL

O fascismo, uma vez mais, tenta transformar derrotas em vitórias. Marcelo Caetano e sua camarilha fascista sabem que a política da demagogia liberalizante está definitivamente desmoralizada. O sucessor de Salazar foi deixando as penas de pavão pelo caminho. Hoje não alimenta já a esperança ilusória de ser um 'estadista popular', renunciou à grotesca ambição de ser elhado como 'democrata' e 'liberal'. Sua meta é mais realista: garantir a sobrevivência do fascismo e do colonialismo. E é nesse sentido que está manobrando, após as graves derrotas políticas sofridas pelo regime em Outubro.

Em primeiro lugar recorreu a uma velha arma do falecido mestre: a repressão. Uma vaga de terror policial abateu-se sobre Portugal atingindo indiscriminadamente todos os que contestam o sistema: católicos, socialistas, comunistas, estudantes, operários, camponeses, soldados e oficiais que se opõem à guerra colonial são vítimas do arbítrio e da violência da PIDE-DGS. Mas o objectivo não foi alcançado. A arma do medo não funciona mais em Portugal.

Silmultaneamente, o regime, cada vez mais isolado, volta-se para o seu aliado dilecto: os Estados Unidos. Caetano sabe que Nixon é um interlocutor sempre disposto a atendê-lo, desde que tenha algo a oferecer-lhe, desde que ao imperialismo americano sejam oferecidas condições para reforçar o seu contróle sobre a economia e a vida portuguesas. Agora, mais uma vez, a moeda de troca foi o Arquipélago dos Açores. Findo o prazo de concessão da Base das Lajes, Caetano trata de negociar novo acordo, mediante o qual, a troca de um punhado de dólares, os EUA possam agir naquelas ilhas portuguesas como em seu proprio território, usando as Lajes como plataforma para a sua política de agressão de aspirantes a gendarmes do Mundo. A visita do mellflu sr. Kissinger a Lisboa foi, a respeito, significativa. Nesta viagem pelo Oriente Médio declarou o secretario de Estado que, vi como Portugal permaneceu ao lado do seu aliado, durante uma situação difícil, e os EUA estão agradecidos por isso. A gratidão do senhor manifestada ao servo.

Empenhado em desencadear a repressão e em vender a independência nacional, Caetano não esperava talvez ter de enfrentar problemas decorrentes da propria desagregação do sistema. No Natal foi forçado a desmantelar uma tentativa de golpe de Estado, organizada pelos proprios ultras do fascismo. Oficialmente não houve conjura alguma. Para evitar o escandalo publico, o descrédito total do regime e o agravamento da tensão nas quartéis, ninguém foi punido, sequer denunciado publicamente. Mas o país inteiro sabe que fascistas como Franco Norueira e Adriano Moreira estavam envolvidos até às orelhas na conspiração. Sabe que o racista Kaulza de Arriaga era o chefe militar do "golpe", que recebera o apoio dos generais Sá Viana Rebelo, Luz Cunha, Trony e Silverio Marques. O artigo que publicamos noutro lugar desta edição é esclarecedor a respeito das proporções assumidas pela conspiração.

Internamente, o isolamento de Caetano agravou-se a tal ponto que, para enfrentar a ultra-direita e os setores — majoritários — das Forças Armadas, que discordam dos Kaulza & Cia, procura agora o apoio de oportunistas como o general Antonio Spínola que, derrotado na Guiné-Bissau, está jogando a cartada ambígua de uma 'autodeterminação' gradual das colonias. As cómadres do fascismo não se entendem mais...

As forças democraticas estão respondendo à altura aos desafios colocados pelo momento historico. Em primeiro lugar cabe salientar que a grande campanha de massas em curso constitui um brilhante exito das forças anti-fascistas. As ações conjugadas do movimento democratico confirmam aquilo que ficara claro durante os comícios de outubro: a inexistência das liberdades básicas e a guerra colonial são os dois problemas fundamentais do povo portugues. Sem uma solução para ambos nenhum outro problema nacional poderá ser resolvido. O reforço da unidade, o aumento da combatividade, um nível de organização mais elevado e o agravamento das contradições do fascismo abrem ao movimento democratico uma esperançosa possibilidade de consolidar posições alcançadas e de dar novos passos em frente. Tudo leva a crer que as forças anti-fascistas e anti-colonialistas estarão à altura da sua tarefa histórica.

PORTUGAL DEMOCRATICO

O governo fascista de Marcelo Caetano, alarmado com a amplitude e a vitalidade do movimento de massas anti-fascista e anti-colonialista, desencadeou uma campanha de terror policial logo após a farsa eleitoral de Outubro. A ofensiva policiaesca do regime desenvolve-se em todas as frentes. Agora, até nas suas ridiculas conversas de «familias», que aborrecem os telespectadores, Caetano insiste em que não tolerará desafios ao sistema. Entre esses desafios inclui todas as tentativas de exercício de uma atividade sindical independente.

Libertemos Dias Lourenço!

Uma das manobras mais abjectas de Caetano, Pide-DGS & Cia foi o agravamento da pena de ANTONIO DIAS LOURENÇO em mais 6 anos no proprio dia em que o grande patriota deveria ter saído em liberdade. O objectivo é claro: trata-se de manter indefinidamente nas prisões — tripudiando sobre a propria lei fascista — os presos políticos que, pela sua coerencia e firmeza de caracter, merecem o respeito do povo. É o caso de Antonio Dias Lourenço, o heroico líder operario de Vila Franca, que passou mais de 16 anos nas masmorras da PIDE. Cumprida a pena, deveria ter sido libertado em novembro. Chegou a ser informado de que sairia em determinado dia. Mas, depois veio a contra-ordem. Quando Dias Lourenço esperava que lhe abrissem a porta da cela comunicaram-lhe que a sua pena fora agravada em 6 anos. Como era de esperar, a sua saúde, já muito abalada pelos sofrimentos de tantos anos de carcere, ressentiu-se com o golpe e, agora, inspira sérios cuidados.

É preciso denunciar mais esse crime do fascismo e exigir a imediata libertação de Antonio Dias Lourenço.

A amnistia é uma exigencia nacional

Ao decretar, na altura da burla eleitoral, uma falsa amnistia, Caetano apenas conseguiu ampliar o movimento a favor da amnistia real. Na realidade apenas os condenados correccionais viram as suas penas reduzidas em tres meses. Nenhum dos presos políticos condenados a pena maior foi beneficiado pela «clemencia» do regime. Não é de estranhar assim que o povo portugues, com amplo apoio internacional, esteja exigindo a libertação de democratas cujas vidas correm perigo, após longos anos de encarceramento. Estão nesse caso: JOSE MAGRO, ROGERIO CARVALHO, ANTONIO GERVASIO, MANUEL PEDRO, ANGELO VELOSO, DINIZ MIRANDA e outros.

Novas prisões

As centenas de prisões verificadas no periodo de 25 de setembro a 15 de outubro seguiram-se muitas outras. O líder católico MANUEL SERRA foi novamente detido. Os militantes católicos anti-fascistas estão, aliás, sendo particularmente visados.

A PIDE-DGS forjou acusações mirabolantes contra o GEDOC — Grupo de Estudo de Documentos, Informações e Experiências — que fora, de resto, dissolvido violentamente em 1970. Quatro elementos, dois padres e dois leigos, foram presos e julgados em novembro sob a acusação de terem exercido funções de responsabilidade no GEDOC «associação não aprovada onde realizavam atividades subversivas, provocação à desobediencia coletiva, divulgação de notícias falsas ou tendenciosas, incitação à violencia», etc. As acusações eram tão grotescas, que o tribunal absolveu os quatro. Mas um deles, TEOTONIO PEREIRA, foi preso dias depois. Segundo se informa, Caetano não perdoa o facto de Teotónio Pereira, sendo membro de uma familia umbilicalmente ligada ao fascismo, ter aderido à opposição democratica. Sua posição, como católico, é clara. Perante o tribunal, durante o processo do GEDOC, declarou: «Somos perseguidos por termos querido informar-nos livremente e depois reflectir em conjunto, unindo os nossos esforços para fazer avançar a Igreja e a sociedade numa resposta ao apelo do Evangelho de «fazer todas as coisas novas». Se isso é um crime para a lei, é a lei que deve ser julgada. O movimento GEDOC



ANTÓNIO DIAS LOURENÇO

foi um momento forte de esperança e esse momento foi sufocado. Mas é necessário dizer que não foi um momento isolado, por que se inseriu numa linha que vinha de longe. Não fomos os primeiros, nem seremos os últimos. Essa linha, esmagada por um tempo, continua para além de todas as repressões, tanto eclesiásticas como civis».

Palma Inacio torturado

A Federação Internacional dos Direitos do Homem e a Liga Francesa dos Direitos do Homem divulgaram comunicado conjunto denunciando violencias exercidas pela PIDE-DGS contra o anti-fascista portugues HERMINIO DA PALMA INACIO. «Dirigente de um movimento oposicionista portugues e atualmente preso no presidio de Caxias pela policia politica sem assistencia de advogado, Palma Inacio — acentua o documento — tem sido vítima de violencias e torturas. Sua vida está em perigo. O governo portugues, recorrendo a tais métodos, compromete a sua responsabilidade perante a opinião internacional».

Prisão de elementos da LUAR

No dia 19 de Janeiro, a PIDE-DGS anunciou a prisão de 29 elementos ligados ao movimento Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR). Segundo o comunicado distribuído à imprensa, as detenções foram todas realizadas após a prisão, em 22 de Novembro, do líder do movimento, Palma Inacio. O texto da policia acusa a Luar de ter praticado numerosos «atentados à bomba» e de contar com a ajuda de «um grupo de cristãos, abrangendo dois padres e dois ex-padres que colaborava

também com as Brigadas Revolucionárias da Frente Patriótica de Libertação Nacional».

ADIADO PROCESSO DA ARA

O Tribunal de Lisboa, inesperadamente, decidiu odiar sine-die a abertura do processo de sete pessoas acusadas de pertencer à Ação Revolucionária Armada (ARA), organização que assumiu a responsabilidade pela destruição de helicópteros e aviões da Base de Tancos, pela sabotagem do «Cunene», pelas explosões na Central de Telecomunicações de Lisboa e no Quartel General da Nato, etc. Seis dos reus estão presos. O sétimo está em liberdade, por decisão da PIDE-DGS...

APELO AO CARDEAL RIBEIRO

Após a prisão de vários membros da Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos, que foram torturados durante cinco dias pela PIDE-DGS, o cardeal Ribeiro, arcebispo de Lisboa, recebeu numerosos apelos de militantes católicos anti-fascistas para que tomasse posição contra a onda de terror policial desencadeada pelos esbirros de Caetano. Um desses apelos, assinado por centenas de fieis e lido na capela do Rato, após as missas de 15 e 16 de Dezembro, diz:

«Na hora em que o mundo comemora o 25.º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem não aceitamos que eles sejam tão abertamente violados entre nós. Sentimo-nos obrigados a chamar a atenção para as injurias à

(Cont. na pág. 2)

Presidente da Guiné - Bissau acusa o General Spínola

Publicamos abaixo as principais passagens da longa entrevista que o presidente do Conselho de Estado da Guiné-Bissau, Luís Cabral, concedeu no dia 19 de janeiro passado ao diário «Le Monde», de Paris. É um documento de extraordinária importância que esclarece, de uma vez por todas, as circunstâncias em que Amílcar Cabral foi assassinado, sob inspiração do general António Spínola.

P — Senhor Presidente, no dia 20 de janeiro faz um ano que seu irmão, Amílcar Cabral, fundador e secretário geral do PAIGC, foi assassinado em Conakry, no Quartel General do seu movimento por um dos seus lugartenentes, Innocencio Kani. Pode dar-nos a sua versão desse assassinato?

L.C. — Não é exacto dizer que o nosso Quartel General se achava então em Conakry. Apenas a Secretaria Geral do nosso Partido estava ali instalada. Ela se ocupava sobretudo de problemas de abastecimento e de contactos internacionais e isso implicava a presença de um mínimo de funcionários e de um serviço de segurança, mas nada mais.

Isso era, entretanto, o bastante para que os portugueses considerassem as nossas instalações de Conakry como um dos seus principais objetivos militares. Do mesmo modo sempre pensaram que abatendo Amílcar Cabral nos infligiriam um golpe decisivo. Quando no dia 20 de janeiro atingiram esse objetivo — porque foram eles e só eles que estiveram na origem do crime — não estavam envolvidos num simples ensaio. Basta recordar o ataque com bazucas efectuado pelos seus comandos contra a sede da nossa antiga Secretaria Geral, no dia 22 de Novembro de 1970, na altura da sua famosa tentativa de desembarque em Conakry.

Explorando o facto de abrigarmos em nossas fileiras, como qualquer movimento revolucionário, elementos íntocáveis e já superados pela evolução da nossa luta, o general Spínola introduziu entre nós dois agentes encarregados de trabalhar esses meios, acanando-os concretamente com a possibilidade do acesso progressivo — e em seu benefício — da Guiné-Bissau a autonomia interna e depois à independência, se eles se dessembarçassem dos dirigentes caboverdianos do partido e particularmente, de Amílcar Cabral. Esses dois agentes, Momo Touré e Aristides Barbosa, eram antigos companheiros, presos pela polícia portuguesa em 1963 e desde então encarcerados. Regressando, pretenderam ter-se evadido. Isso ocorreu em 1971 e tinham recebido ordens para fazer o possível para ficar em Conakry junto do meu irmão, porque ele tinha o hábito de manter à sua volta esses elementos íntocáveis, pois julgava-se capaz de recuperá-los pela força do seu exemplo e do seu carisma pessoal. Entretanto, desmascarados alguns meses depois pelos nossos serviços de informação, Barbosa e Momo Touré foram presos. Mas o mal estava feito e as ideias perniciosas que eles havia difundido, a serviço dos portugueses continuaram germinando no espírito dos militantes desorientados que se beneficiavam da bondade do nosso secretário geral. Entre eles figurava um tal Innocencio Kani, ex-comandante da nossa marinha, e antes membro do comité executivo do Partido, que fora afastado e rebaixado pelo Conselho Superior da Luta em agosto de 1971, após maiversação de fundos. Esse homem aguardava o momento para se vingar e foi um dos primeiros a ser sondado pelos agentes de Spínola.

No dia 20 de janeiro de 1973, à frente de um grupo de renegados, Kani, disparou sobre Amílcar Cabral que voltava para casa. Depois, o grupo dividiu-se. Uma parte, com o próprio Kani no comando, tentou fugir numa lancha, rumo à Bissau, levando o secretário adjunto do PAIGC, Aristides Pereira, que tinham preso a fim de entregá-lo aos portugueses. O outro grupo, dirigido por Momo Touré, que fora retirado da prisão pelos cúmplices, ficou em Conakry e tentou persuadir o presidente Sekou Touré de que os guerrilheiros da Guiné-Bissau estavam com eles e apre-

vavam a eliminação de Amílcar Cabral e dos outros dirigentes cabo-verdianos. Mas a armadilha era demasiado grosseira. Todos os conspiradores foram imediatamente presos pelas forças armadas guineenses, inclusive os fugitivos, alcançados já no alto mar pela marinha da Guiné e trazidos de volta a Conakry.

Decorrido algum tempo, a Guiné entregou-nos todos os culpados. Foram julgados no Interior dos territórios libertados. Vários foram condenados à morte e executados.

P — Pode dizer-nos em que nível se acham actualmente as vossas relações com Dakar e Conakry e como encaram as relações futuras com esses dois vizinhos?

L.C. — A nossa vocação natural de traço de união entre os dois países constitui uma das condições da nossa independência real no dia em que os próprios portugueses a reconhecerem. Dito isso, é verdade que durante os primeiros anos da nossa luta mantivemos melhores relações com a Guiné do que com o Senegal. Mas a partir do fim de 1964 o presidente Senegal reconheceu o PAIGC como a única organização combatente dos povos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde em luta pela sua independência.

Para nós, a nossa capital localiza-se onde se acha o executivo do nosso Estado, no interior do nosso país considerado na totalidade e não fora das nossas fronteiras. É uma questão de direito. Tal como todos os demais responsáveis nacionalistas, eu estou muitas vezes na Guiné-Bissau. O nosso Conselho de Estado reúne-se aí com regularidade.

P — O PAIGC afirma periodicamente que continua a ser o único partido no território da Guiné-Bissau, mas muitos observadores garantem que não na lugar algum do vosso país onde os portugueses não possam desbarcar-se. Até os vossos melhores amigos estrangeiros afirmam, por vezes, que possais alcançar uma vitória militar decisiva, desde que podera persuadir Portugal a negociar um dia na base do reconhecimento do vosso direito a independência?

L.C. — Numa guerra como a que travamos quaisquer dos lados pode ir a todo o lado ou quase. Isso é verdade para os portugueses, mas o é também para nós. Nossas ações contra as cidades ainda ocupadas pelos portugueses, incluindo Bissau, não tem conta. Seja como for, na Guiné-Bissau muitas zonas onde os portugueses não podem pisar a terra e muitos outros lugares onde se o fazem a custa de pesadas perdas. No total, essas regiões representam bem dois terços do território do nosso país e, nas áreas liberadas, é a nossa administração que funciona e não mais a dos portugueses. Rapidamente construído ao longo de dez anos de luta, o nosso Estado é um verdadeiro Estado e não apenas um movimento de combate armado. Dispomos, além de um exército, de uma administração e de um aparelho judiciário. Nas zonas liberadas abrimos escolas, hospitais, tribunais. Administramos uma rede de armazéns que permitem aos lavradores e aos artesãos realizarem a troca dos produtos do seu trabalho por bens de consumo. Temos uma moeda, o peso — um goiar vale 25 pesos — que é uma unidade estatística utilizada na troca de mercadorias enquanto não imprimimos as nossas notas. Nestes dias, estamos lançando nossos primeiros selos de correio.

Tudo isto representa uma acumulação de grandes e pequenas vitórias: a organização gradual de um exército regular, bem equipado e enquadrado, partindo dos nossos pequenos grupos de guerrilheiros sumariamente organizados e armados no início; a ampliação progressiva das zonas liberadas do nosso país; o apoio cada vez maior que nos oferece a comunidade internacional nas várias partes que a compõem, isto é, nossos irmãos africanos que, por unanimidade, acabam de nos

admitir na OUA, todos os países socialistas, nomeadamente a União Soviética cuja ajuda militar é importante e preciosa, numerosos outros países do Terceiro Mundo, e, finalmente, vários países ocidentais que, como a Suécia, nos fornecem uma assistência social a levar em conta. E temos muitas esperanças na evolução, que estamos presenciando, das posições oficiais de países como a França e até os Estados Unidos, pressionados por opiniões públicas que nos são cada vez mais favoráveis.

Todas essas vitórias, já alcançadas reforçam a nossa certeza na vitória final. Estamos certos de que um dia o governo português aceitará «sentar-se a mesma mesa conosco», o que — como Amílcar Cabral disse um dia — é a «única condição que apresentamos para a abertura de discussões com eles. Se não houvesse por trás do nosso problema o da África Austral, que não envolve apenas Portugal, mas o conjunto das forças imperialistas ocidentais, há muito que isso teria acontecido, porque Portugal não tem mais interesse em continuar ocupando o nosso país. O seu interesse consiste, pelo contrário, em aceitar certas evoluções inevitáveis, tal como o fizeram a Holanda, a França e a Inglaterra. Isso permitir-lhe-ia intergrar-se mais à Europa e estabelecer também conosco os laços que a nossa história comum torna aconselháveis».

A vaga de repressão

continuação da pág. 1

dignidade humana tão frequentemente repetidas. Lembramos as prisões arbitrárias a que a DGS nos habituou, os numerosos presos encarcerados e depois libertados sem julgamento ou absolvidos porque a acusação foi considerada totalmente sem fundamento. Lembramos os comunicados da DGS nos quais ela calunias muitas pessoas perante a opinião pública, certa da impunidade, e também os interrogatórios sob tortura e sem a presença de advogados. Lembramos também as pessoas privadas de seus empregos sem a menor justificativa.



JOSE MAGRO

Embora a legislação portuguesa não permita que os presos sejam mantidos no «segredo» durante mais de 48 horas, e sete dias em casos extremos, há atualmente pessoas que estão nessa situação há vinte dias. Cabe ainda lembrar que os comunicados entregues à imprensa pelos advogados não puderam ser publicados, o que contribui para manter a verdade da DGS contra a verdade dos fatos».



Selo emitido pela República da Guiné-Bissau, comemorativo da independência do novo Estado.

LUTAS POPULARES

* Os trabalhadores da SACOR (Porto), após a greve de 3 dias, em outubro, quando conquistaram entre outras regalias a semana de 48 horas foram pressionados pela empresa para trabalho de horas extra; em vez de largar às 12h, como até então, largariam às 14 h. Unidos impuseram a sua vontade, continuando a largar o trabalho às 12 h, apesar de todo o tipo de ameaças a que foram sujeitos.

* Somente após uma concentração de 150 operários junto da seção do pessoal, e depois de insultarem os engenheiros e diretores reivindicando mais uma vez que lhes fosse dado o 3.º feriado, como estipula o C.C.T., é que a SEPSA (Porto) acabou cedendo nessa reivindicação.

* Os médicos continuam se movimentando intensamente. No porto, numa Assembleia Geral na Ordem com cerca de 100 médicos, foram feitas críticas à direção da Ordem e eleita nova mesa da Assembleia. No Hospital de S. João, também no Porto, foi recolhido um abaixo assinado de apoio à luta pela manutenção das carreiras médicas neste hospital assinado por 500 médicos e médicos estagiários, que foi enviado ao Ministro da Saúde. Ainda no Porto, numa reunião de curso dos médicos estagiários (práticos clínicos), com cerca de 60 médicos, foi aprovada uma proposta a enviar ao governo, a qual recolheu dias depois 120 assinaturas dentro dos 125 elementos do curso. Em Coimbra, em reuniões regulares com cerca de 80 médicos vêm sendo discutidos os seus problemas profissionais.

* Num Encontro Nacional, com cerca de 200 participantes, representando os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra, Setúbal e Castelo Branco, foram analisados os grandes problemas da mulher portuguesa, tendo sido elaborado um «caderno reivindicativo». Númeras moções e saudações foram aprovadas: aos presos políticos, às mulheres das colónias, às mulheres chilenas, à FDIN, telegrama ao presidente do Conselho sobre a Amnistia e libertação dos presos doentes, e de protesto pela prisão de uma cristã grávida. Foi enviada ainda carta ao Cardeal Patriarca sobre o mesmo assunto. Foram recebidas saudações de apoio das mulheres da Figueira da Foz, dos jovens do Distrito de Setúbal, e das democratas Virginia Moura e Maria Lamas.

* Os camponeses de Vagos, no distrito de Aveiro, fizeram uma reunião com cerca de 500 produtores de leite, todos associados da Cooperativa Leiteira da zona que abrange os concelhos de Aveiro, Ilhavo e Vagos, discutiram a carência do leite e denunciaram as suas causas, apontando a principal como a falta de subsídios do governo. Foi aprovado envio de telegrama ao Sec. de Estado da Agricultura sobre o problema.

* Ainda no Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, houve uma reunião de

75 metalúrgicos não abrangidos pelos Grêmios dos Metalúrgicos e Metalomecânicos, da qual saiu uma moção dirigida à Federação exigindo medidas imediatas para que a revisão das tabelas salariais e outras regalias sejam extensivas a todos os metalúrgicos que não estavam abrangidos pelo alargamento de âmbito a partir de janeiro de 1974; outra reunião com cerca de 90 operários da «Vilarrinho e Moura» discutiu o projeto das novas leis salariais e outros problemas. Foi feito um abaixo assinado dirigido à direção que circulei pela empresa e recolheu cerca de 250 assinaturas exigindo férias em Agosto; numa outra reunião com 75 metalúrgicos foi discutido o problema de que todos os trabalhadores devem ser abrangidos pelas novas tabelas salariais e que devem lutar contra a redução de 107 no salário de que são vítimas os trabalhadores das empresas do alargamento do âmbito.

* Os motoristas, numa assembleia geral com cerca de 200 presentes, aprovaram reivindicação de horário de 43 horas, a abolição da caderneta, salários de 6.800\$00, um mês de férias e o 13.º mês.

* Na Carris de Lisboa houve também uma Assembleia onde foi aprovado o envio de uma exposição ao ministro das Corporações reclamando reforma aos 55 anos.

* Nas eleições para a Corporação do Crédito e Seguros em que participaram representantes dos patrões e dos trabalhadores venceu a lista proposta pelos trabalhadores tendo sido eleito como presidente da Corporação o trabalhador bancário do Porto. Esta vitória foi possível devido à unidade dos representantes dos trabalhadores e à divisão dos representantes dos patrões.

O PERU CONTRA O COLONIALISMO

O Peru foi um dos poucos países americanos que reconheceu oficialmente a República da Guiné-Bissau como Estado soberano. Esse fato levou o nosso companheiro de redação Miguel Rodrigues a abordar o problema em Lima, durante longa entrevista que lhe foi concedida pelo general Juan Alvarado, presidente daquele país andino.

«O Peru — respondeu o general Velasco — simpatiza e apoia com decisão as aspirações à liberdade e à independência de todos os povos subjugados pelo imperialismo. Como revolucionários latino-americanos em luta pela libertação total da nossa pátria, temos uma posição e um rumo claro: apoiamos a luta de outros povos contra o jugo estrangeiro. E, como se sabe, temos agido de acordo com essa posição em todos os debates internacionais em torno do problema do colonialismo».



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 255 (GALERIA CALIFÓRNIA), 11.º andar, conj. 1.107

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

SÃO PAULO

Endereço Telegráfico: — «CAMBRONNE»

DR. EDISON RODRIGUES-CHAVES

Advocacia cível e comercial

Inventários, partilhas e arrolamentos — Desquites e anulação de casamento — Naturalizações — Protestos e cancelamento de protestos — Contractos, renovação de contratos e ações de despejo — Falências e concordatas.

R. Boa Vista, 84, 7.º andar, salas 701 a 704 — telefone 34-7064 S. PAULO

Massacres em Moçambique

O que faz correr os oportunistas?

Em sequência ao que publicamos nos números anteriores do «Portugal Democrático» continuamos com a resenha do livro do Pe. Luís Afonso da Costa, terrível libelo que consta as atrocidades, o terrorismo e as torturas, crimes de lesa — Humanidade, praticados pelas tropas colonialistas de Caetano contra as populações indefesas de moçambique:

Massacres em Cambewe e Chiwambo PELO MENOS 37 MORTOS

No dia 29 de Setembro de 1971, os homens da Frelimo atacaram um posto da Base Aérea No 7, Matundo (Tete). A povoação que fica mais perto do dito posto é Cambewe.

No dia seguinte, membros da força aérea da Base vão ao local do sinistro para tomar conhecimento real dos danos que os guerrilheiros tinham causado ao posto de Rádio Marconi da Base. Na vistoria encontravam-se alguns soldados, o capitão Arroube e o tenente Lemos, ambos da Base. Uma mina faz saltar a vistoria, dando morte instantânea aos dois graduados.

A notícia é passada aos comandos, que entram logo em acção. Foge quem pode e para onde pode.

A notícia chega à Missão do Moatize. Na manhã do dia 2 de Outubro, os Padres dirigem-se para o local destinado ao aldeamento de Usalo, que fica a cerca de três quilómetros de Matize, para ver se conseguem encontrar alguém. Contactam logo com os filhos de Majadzi e de Cambewe. Entre as mulheres de Cambewe encontram-se algumas cujos maridos tinham sido mortos. Foram elas a contar o sucedido.

No dia 30 de Setembro chegaram a Cambewe, vindos de helicóptero, vários comandos. Descem na povoação por volta das 10.30 horas, iniciando logo a busca ao terra. Muitas pessoas conseguiram fugir, mas a grande maioria ficou à mercê da sorte. Mataram: Chandiquera (casado — 60 anos), Agostinho Chandiquera (casado — 30 anos), Eduardo Chandiquera (casado — 28 anos), Cinto Chandiquera (casado — 25 anos), Sotinho Chaguluca (25 anos), e Alua Siale (25 anos, aleijada), que procurou esconder-se em casa mas mesmo aí foi morta a tiro. Há ainda um cadáver não identificado. Tudo isto faz sem que se perguntasse alguma coisa. Disparava-se à direita e à esquerda contra quem se movia.

Obrigaram quase todas as mulheres a despirem-se completamente, mandando-as em seguida embora. Queimaram-lhes os vestidos juntamente com as que tinham nas palhotas. A gente fugiu, uns para o Malawi, outro para Matize e outros ainda refugiaram-se no mato.

Prenderam 20 homens e levaram-nos para o local onde tinha rebentado a mina. No momento nada se sabe da sua sorte. Quando um certo missionário se preparava para ir até junto do seu irmão em agonia, foi-lhe dito por militares amigos da Base que não se aproximasse, pois os comandos abatê-lo-iam a tiro.

No dia 3 de Outubro, alguns soldados, vindos de helicóptero, desceram ao quartel de Moatize, trazendo um morto e um velho muito ferido por causa da tortura que lhe praticaram. Publicamente disseram: matamos 30 pessoas na povoação de Chiwambo, no Joni.

No dia seguinte, quatro Padres Missionários foram visitar os prófugos para lhes perguntar se era verdade que a tropa tinha morto 30 pessoas em Chiwambo, fumo Joni. O grupo de mulheres e crianças olharam fixamente para os missionários e depois baixaram a cabeça. Disseram em seguida: é verdade!

Até ao momento ignora-se o estado dos presos. No entanto todos sabemos como se comporta a Pide para poder imaginar alguma coisa.

De entre todos os mortos e prisioneiros somente um tinha um filho na Prelimo. O único grande crime de toda esta gente era o de ter dado algumas vezes de comer aos homens de Frelimo.

(A História continua e nós somos uns dos tantos que a construímos. No futuro não digamos que não foi nada connosco. Lembremo-nos muito bem: nós estamos em cima do palco. Por isso estamos a actuar. Até quando esta história continuará a repetir sempre a mesma cena? Parte da resposta depende de nós).

Em Inhamachola 3 HOMENS MORTOS A FRIO

Encontrando-se a nossa Missão numa zona de guerra aberta, as notícias variavam muito pouco. Sai-se de casa para o mato para visitar os cristãos que ainda não deram a sua entrada nos aldeamentos. Apenas se inicia o discurso, gentios e cristãos apresentam a situação: Padre, em tal parte a tropa matou, roubou, torturou, levou preso, queimou, violou... Em tal parte houve um encontro entre a tropa e os guerrilheiros... Em tal parte rebentou uma mina dando a morte a...

Foi assim que no dia 31 de Outubro um certo ruano conseguiu chegar até à missão para contar aos Padres o que a tropa portuguesa tinha feito em Inhamachola, fumo Mourinho. Entre outras coisas tinha morto três homens. Para se saber a certeza um Padre da Missão, acompanhado por um catequista, foi no dia 1 de Novembro ao local dos acontecimentos.

A tropa tinha chegado a Inhamachola para uma das suas tantas rusgas habituais. Talvez lhe tivessem fornecido alguma informação sobre a presença ou passagem dos guerrilheiros. Ou então talvez tivessem ido ao local indicado para mentalizar.

Nessa altura encontravam-se de passagem pela aldeia três homens, trabalhadores da «Ermoque», companhia que se encontra a realizar parte da empreitada da estrada Tete Songo. Ao vê-los, os soldados ordenaram-lhes que se aproximassem, ao que eles logo acederam. Enquanto se aproximavam, sem que lhes fosse dirigida qualquer pergunta, entraram em acção as metralhadoras. Mataram: Sinalo Tacho (tinha duas mulheres e vários filhos), Vuzani Sani (tinha duas mulheres e vários filhos) e Mauzissi Salamaia (tinha uma mulher).

No tiroteio ficou ferido Felipe Gesinau. As balas atravessaram-lhe a barriga, um braço e uma perna. Foi levado para a Estima. Nada se sabe sobre o seu estado de saúde; duvidava-se muito que esteja ainda com vida. Levaram presos: Sumburero Poteza e Tatu Sumburero. Encontram-se ainda presos.

Antes de ir embora queimaram toda a povoação: casas e seus haveres, bem como todos os currais. Por fortuna que os animais não se encontravam lá!

Terminada a operação, mataram 6 cabritos para restabelecer as forças para o dia seguinte.

Tudo isto aconteceu no dia 23 de Outubro de 1971.

As bombas caem do céu DUAS MULHERES MORTAS

Cinco helicópteros dos comandos encontravam-se na zona de Inhamimbza, Inhamacaba e Inhamajanela. Lançaram granadas dos helicópteros e mataram duas mulheres. Um dos Missionários encontrava-se na zona, viu os helicópteros e ouviu a explosão. Mais tarde a notícia foi confirmada, pois um Missionário passou pelo local e soube a verdade. As duas mulheres encontravam-se na povoação de Inhamalankope. Passaram os helicópteros e lançaram uma bomba matando: Mapalata casada (tinha 3 filhos, um casado e duas crianças pequenas) e Duziria, casada há pouco tempo (sem filhos).

Outro massacre na zona de Mucumbura 19 MORTOS

Durante os primeiros dias do mês de Outubro, as povoações de Dak foram cenário de numerosas torturas e mortes, levadas a termo pelos Grupos Especiais (G.E.) da milícia portuguesa. As vítimas eram todas pessoas inocentes do povo.

Estes grupos especiais obrigaram a gente a permanecer nas povoações, ameaçando de morte todo o que tentasse fugir ou fosse encontrado no mato. Depois desta introdução solene, iniciaram os interrogatórios formais, acompanhados de pancadaria. Todos aqueles de quem duvidavam que tinham tido contacto com os «turras» recebiam tratamentos horríveis para ver se eles confessavam alguma coisa. Aqueles que não falavam ou tinham dado comida aos homens da Prelimo, eram mortos e sangue frio diante das pessoas das povoações. Os mortos eram enterrados pelos militares. No entanto as covas foram feitas pelas pessoas da aldeia.

Na povoação de Guvansene foram mortos: Damião Conga, Asami, Chabwendzeka, Nidice e Tauseni, Damião Conga tinha sido durante muitos anos professor missionário em Dak. Bateram-no durante duas horas, obrigando a mulher e os filhos a assistir à sua morte. Finalmente acabou por morrer. A mulher encontrava-se grávida.

Na povoação de Kapembrume foram mortos: Pedro, Raíce e Sani. Em Kakivi mataram: Waite, Macaju e Chaisica.

Na povoação de Traquino, conhecido também pelo nome de Nyambwidzo, foram fuzilados Mabande, Tades, Lingirani, Bicausi, Tembo e Chamana.

Uma mulher, chamada Majuana, foi queimada viva dentro da sua palhota porque não conseguia andar.

Os Grupos Especiais queimaram todas as palhotas da povoação de Traquino, bem como todos os currais, capoeiras, etc.. Porcos, vacas e galinhas foram devorados pelas chamas.

As povoações de Guvansene, Kapembrume e Kakivi pertencem à Missão de Mucumbura. Traquino é já território da Missão de Estima.

Levaram presos para a D.G.S. (Pide) de Chicoca e Magué vários homens depois de os terem brutalmente batido. Para a Chicoca foram: Benjamim, actual professor missionário de Dak, Linguitoni, Guidini e Kasiasi. Para o Magué foram: Ndresoni, Bande, Kapembrume, Romeo, Tore Chibunza, Chibunza Balxa e Macasa.

Mfidzi, fumo Njanje Katimbiri MAIS UMA POVOAÇÃO DESTRUIDA

A tropa, para deixar sinal da sua presença e demonstrar as suas capacidades bélicas, achou por coisa boa queimar: 12 casas, 3 currais, 2 capoeiras, 2 celeiros de mapira, milho e amendoim. Por sorte que os currais estavam vazios senão ter-se-ia muita carne assada!

Isto sucedeu na povoação de Mfidzi, fumo Njanje Katimbiri, fins de Outubro.

As casas pertenciam a Malaxa (2), Cachitseko (1), Horácio (1), Tomolani (1), Maqui (1), Pantar (1) e Njanje Katimbiri (1). Os rapazes que me acompanhavam não me souberam identificar os nomes dos donos das outras. Quando eu lá cheguei no dia 29 ainda o fogo continuava aceso. E enquanto eu presenciava a cena, os rapazes deram uma volta para ver se encontravam alguém, mas nem alma viva se viu. Únicos seres vivos que conseguimos encontrar foram um porco, um cabrito, e um gato.

Não são precisos comentários para a cena acima apresentada. Devo unicamente dizer que estas famílias perderam tudo o que tinham nas suas casas. Salvou-se aquele pouco que tinham levado para o aldeamento.

(continua)

por raiva ou por despeito, ou talvez por razões mais válidas, dando um toque de «neutralidade» face ao fascismo e ao colonialismo do Sr. Caetano. O grave, porém, e é aqui que queremos chegar, é que se tenha «aberto uma janela» neste jornal, através da qual vem fluindo uma boa prosa que, por merecedora de atenção dada a confessada não acomodação do seu autor, do qual vimos lendo há tempos outras colunas noutros locais, está servindo para ludibriar os incautos e escorando escusos designios que face à trajetória do novo comando estarão por detrás da «nova» posição do referido semanário.

Diz a sabedoria popular que quem corre por gosto não cansa, mas precisamos saber o que os faz correr. — A.P.

TULIPA VERMELHA

Onde quer que viva, se o seu problema é:

- assinar jornais e revistas unitárias em língua portuguesa,
- obter livros portugueses e brasileiros de estudo, cultura geral ou recreio, escreva-nos:

Tulipa Vermelha — Postbus 12039, Amsterdam — Holland

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Edison Rodrigues Chaves

REPRESENTANTES

RECIFE: Angelo Ferreira da Silva
R: do Hospício, 148, 1.º Apto. 108

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

INGLATERRA: Portugueses And Colonial Bulletin — 10 Fentiman Road, London, S. W 8

BELGICA: Antonio Casanova 35, rua Montenegro, 1060 — Bruxelas — Belgique

HOLANDA: TULIPA VERMELHA — Postbus 12039 — AMSTERDAM — BIJMERMEER.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association P.O. Box 72.

WESTON-ONTÁRIO VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad. — Jindřiská UL. C: 14 Scharánka 646 — Praha 1 FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Seine — França

REDAÇÃO:

Rua Libero Badaró n.º 488 5.º and. — s/50 — F. 37-0933 Caixa Postal, 6248 São Paulo — Brasil

EXPEDIENTE:

Dias úteis; das 19 às 22 hs. Assinatura para o exterior US\$ 8,00

Composto e Impresso: Sociedade Impressora Pannartz Ltda. Rua Almeida Torres n.º 119 Prédio IV — Acimação — SP

ANO XVIII N.º 184 Fev.º Março de 1974

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade



AINDA A FARSA ELEITORAL

A imagem acima reflete um dos momentos emocionantes de uma sessão da C.D.E. nas últimas eleições — farsa de Caetano. Um dos oradores, de dedo na riste, acusa as autoridades fascistas das arbitrariedades e violências cometidas durante as sessões da Oposição. Pelo exemplo de coragem desta juventude magnífica, que galvanizou pelo país fora, no decorrer do período eleitoral as energias latentes do povo na sua luta pelas liberdades, somos forçados a crer que o médo já não guarda mais a vinha em Portugal.

Pequenas noticias SUECOS CONTRA CAETANO

* O governo sueco decidiu utilizar o porto holandês de Roterdã para embarque de material destinado à FRELIMO. A decisão foi tomada pela SIDA (Agência Sueca para o Desenvolvimento Internacional) depois que as autoridades portuguesas apreenderam dois camiões Scania que, inadvertidamente, haviam sido embarcados num porto português.

* A chamada Frente Patriótica de Libertação Nacional, mais preocupada em criticar o Movimento Democrático português do que em combater o fascismo, sofreu nova crise intestina. Uma das facções que disputava o controle da organização expulsou o ex-dirigente Fernando Pitêira Santos, principal responsável pela destruição, em 1970, da FPLN como força unitária.

* Segundo a revista «Marchés Tropicaux», a soma dos investimentos externos em Moçambique elevou-se em 1973 a 8 bilhões de escudos. Este ano, o grupo Champalimaud — cujas escandalosas negociações foram aprovadas por Caetano & Cia — vai investir cerca de 30 milhões de dólares na colônia.

* Em consequência do bloqueio do petróleo, o governo português viu-se forçado a aumentar as importações de óleo bruto de Angola. De 4.881.995 barris exportados em Dezembro pela Gulf Oil, de Cabinda, as refinarias portuguesas absorveram 32,3%. O total das exportações de Angola em 1973 foi de 52.819.948 barris, aproximadamente 7.137.831 toneladas.

* O PAIGC anunciou que seus combatentes abateram na região de Balana um avião R-4 da Força Aérea Portuguesa, aparelho privativo da NATO. Foi o 25.º avião militar português abatido na Guiné desde março de 1972.

* Angola exportou em 1973 194.000 toneladas de café, no valor de 4.484.856 contos, isto é, mais de 180 milhões de dólares. O principal beneficiário dessa produção de divisas foi o governo colonialista de Caetano.

* O ministro dos Negócios Estrangeiros da Holanda, Max Van der Stoep, negou que o seu país esteja interessado em participar da exploração de bauxite na Guiné-Bissau, mediante acordo com o governo de Lisboa.

* Protestando contra o julgamento das Três Marias, autoras de um best seller mundial «As Novas Cartas Portuguesas», um grupo de vinte jovens holandesas ocupou durante meia hora, até à chegada da polícia, a Embaixada de Portugal na Hala. Segundo Caetano e a Pide, o livro, apontado como uma obra de arte pela crítica internacional, é «pornográfico e imoral».

* O MPLA denunciou oficialmente a existência de um acordo entre Paris e Lisboa para fornecimento de importantes quantidades de armamento francês às forças armadas portuguesas, particularmente helicópteros e veículos blindados destinados a Angola.

* O ministro dos Negócios Estrangeiros de Suécia, Kristen Wickman advertiu as empresas Kockum e Eriksberg, associadas a Lisnave, de que qualquer investimento nas colônias portuguesas seria considerado pelo governo de Estocolmo como ato de ajuda à guerra colonial. Para Caetano, essa tomada de posição cria um problema grave. Os dois grupos suecos deveriam, em princípio, desempenhar papel decisivo na construção dos estaleiros do porto de Nacala, em Moçambique, contribuindo com 25% dos investimentos necessários.

* Segundo o primeiro ministro australiano, Gough Whitlam, os atuais líderes da África do Sul, Rodésia e Portugal são «tão maus como Hitler».

* O Dally News, de Tanzania, informou que o MPLA inaugurou, a 29 de Novembro, algures nas áreas libertadas, as instalações de um moderno parque gráfico capaz de imprimir jornais e livros. O projeto foi financiado por organizações de solidariedade da Suíça, Suécia e Bélgica.

* O comandante Samora Machel, presidente da FRELIMO foi recebido em Mogadíscio, na República da Somália, com honras só dispensadas a chefes de Estado.

* A FRELIMO, em comunicado divulgado em Dar Es Salaam, informa que tropas helicópteras portuguesas atacaram, no dia 11 de novembro, o hospital de Mucojo, situado em área libertada da província de Cabo Delgado, matando numerosos doentes que ali se achavam em tratamento.

* Em dezembro, aviões portugueses bombardearam com napalm as aldeias de Gature, Bodjal e Incassol, nas áreas libertadas da Guiné-Bissau.

* A Assembleia Geral das Nações Unidas recusou por 54 votos contra 14 e 21 abstenções, o direito à Delegação Portuguesa de representar Angola, Moçambique e a Guiné-Bissau, que é um Estado independente.

* Entre os 76 países que reconheceram oficialmente a República da Guiné-Bissau como Estado soberano, seis são americanos: Perú, Panamá, Cuba, Guayana, Haiti e Jamaica.

* Durante um jantar de homenagem oferecido no Kremlin a Luis Cabral, presidente do Conselho de Estado da República da Guiné-Bissau, o presidente Nikolai Podgorny exigiu a reti-

rada imediata de todas as forças militares que Portugal mantém no território daquela nação africana.

* Os estaleiros espanhóis estão construindo quatro corvetas para a Marinha Portuguesa. O primeiro desses navios, a João Roby, que desloca 1400 toneladas, já foi lançado à água em Cartagena. Essas corvetas destinam-se a operar em águas tropicais, vale dizer a participar nas guerras coloniais.

* Após visita ao Campo de Concentração de Machava, em Moçambique, o delegado geral para a África do Comité Internacional da Cruz Vermelha divulgou nota sobre a existência de «um desacordo com as autoridades portuguesas de Moçambique».

* Uma delegação oficial do Governo de Tanzania visitou áreas libertadas da Província de Cabo Delgado em Moçambique, onde foi recebida pelo presidente da FRELIMO, comandante Samora Machel.

* Dois chefes de Estado africanos, os presidentes Sekou Touré, da Guiné, e Idi Amin, de Uganda, visitaram áreas libertadas da República da Guiné-Bissau.

* Na zona de Donga, em Moçambique, 17 soldados africanos de uma unidade do exército português desertaram, entregando-se com todo o equipamento à FRELIMO.

* Em sua edição de 31 de dezembro, a revista americana Time publicou, sob o título «O Império Persistente», uma reportagem sobre as guerras coloniais portuguesas, que pretende ser objetiva. O artigo reflete a imagem do jornalismo norte-americano. Os dados são incompletos ou fantasistas e os mapas estão errados.

* Em Lisboa, o secretário de Estado dos Estados Unidos, Henry Kissinger manifestou calorosamente a sua gratidão ao governo fascista de Marcelo Caetano. «Nesta viagem pelo Oriente Médio — declarou — vi como Portugal permaneceu ao lado de seu aliado, nas recentes dificuldades, e os Estados Unidos estão extremamente gratos por isso».

* Comentando discurso do ministro Ruy Patrício, segundo o qual o governo de Lisboa se reserva o direito de construir exclusivamente por si o próprio futuro da nação, o «Jornal do Brasil»,

Portugal sem petróleo

«Estamos às vésperas de uma crise grave e inesperada. Dispomos de reservas de petróleo por apenas três meses. A estabilidade do regime e a segurança das suas províncias africanas poderão ser postas em causa se não forem tomadas medidas adequadas e urgentes, prevenindo uma situação em que os países árabes decidissem cessar bruscamente o fornecimento de óleo bruto ao país».

Esse o teor de um relatório, apresentado no dia 10 de outubro ao Conselho de Ministros de Lisboa pelo eng. Moura Vicente, diretor geral de Combustíveis no ministério da Economia.

Nada menos de 82% do petróleo importado por Portugal e Moçambique provem dos países do Próximo Oriente. O Iraque e a Arábia Saudita fornecem respectivamente 39,2% e 25,1% e Abu Dhabi 11,2%.

Como poderão os dirigentes de Lisboa resolver a crise de energia?

Sejam quais iorem as medidas de emergência relacionadas com o racionamento de gasolina, Portugal é um país inteiramente dependente das suas importações. O enciave angolano de Cabinda cuja produção de 7 milhões de toneladas, em 1972, superou largamente as necessidades portuguesas, sómente fornece à Metrópole 11,5% do seu petróleo. O contrato assinado com a Gulf Oil para a exploração das jazidas de Cabinda estipulava que Portugal pode dispor, prioritariamente, de 50% da produção. Mas até agora os portugueses tinham preferido importar petróleo árabe, menos pesado do que o bruto de Cabinda e, portanto, mais fácil de refinar.

O governo português informou, entretanto, a companhia americana que deseja, agora, comprar uma parte mais substancial do petróleo de Cabinda. Assim, um carregamento de 25.000 toneladas destinado ao Brasil foi cancelado pela Gulf. Mas isso não resolve coisa alguma, a curto prazo, porque será necessário introduzir profundas modificações nas refinarias de Portugal e de Moçambique, pois as actuais instalações não podem tratar o óleo bruto de Cabinda.

Por isso mesmo, enviaram um emissário a Teheran para negociar um aumento dos fornecimentos do Iran que actualmente correspondem a 6,7% das instalações portuguesas.

AQUINO DE BRAGANÇA

(1) Este artigo foi publicado na revista «Africque Asie», de Paris. Dias depois, os países árabes aprovaram o embargo das exportações de petróleo para Portugal.

do Rio de Janeiro, escreveu, em editorial: «O apoio que dermos hoje à rigidez da posição de Lisboa voltar-se-á contra nós. A adverbialmente, empregado pelo ilustre ministro Patrício, exclui-nos, ao que parece, de quaisquer decisões. No rumo em que vão as coisas, mais vale, para nós, esta exclusão do que darmos a Portugal uma carta de prego para que, em troca, resolva tudo por si, exclusivamente por si».

* O advogado Alcázar Baptista, que durante anos se destacou como elemento de proa nos meios católicos da oposição, parece disposto a transformar-se numa imitação renovada do sr Antonio Ferro. Esquecendo tudo o que disse e fez quando lançou a revista «O Tempo e o Modo», aderiu com armas e bagagens ao caetanismo. Seu livro «Conversas com Marcelo Caetano» reflete ainda melhor a imagem da sua própria abjeção do que a do sucessor de Salazar, que o escritor-cortesão elogia e pretende justificar. O mais degradante nesta nova vedette do colaboracionismo é a sua duplicidade: aderiu ao fascismo mas imaginava que poderia continuar merecendo o respeito dos companheiros de luta que trahu. Mas está sendo tratado com o desprezo a que a sua conduta faz juz.

Golpe Militar Frustrado em Portugal

Rotterdam — Pouco tempo antes do Natal, um golpe de Estado levado a efeito por alguns generais que tinham a ilusão de que o Primeiro Ministro Marcelo Caetano estava decidido a liquidar o Império português em África, mais tarde ou mais cedo, foi frustrado por uma parte do Exército. As notícias acerca de um golpe de Estado falhado foram confirmadas por várias fontes, a mais importante das quais, alguém muito ligado ao General Spínola, ex-Governador Geral da Guiné e vencedor final desta disputa dentro do Exército, descreveu a conspiração como segue: desde que Marcelo Caetano demitiu os mais extremados membros da ala direita do seu gabinete, no princípio de Novembro — como o Ministro do Interior e Chefe da Polícia Política Gonçalves Rapazote e o ex-Governador de Angola e Ministro da Defesa e do Exército Viana Rebelo — alguns oficiais portugueses de alta patente começaram a ter profunda desconfiança em relação ao futuro das colônias. Duma forma geral, as mudanças verificadas no Governo, em Novembro foram encaradas como uma tentativa de organizar um regime mais aberto, apesar da vaga de prisões de que foram vítimas 150 figuras dominantes da oposição portuguesa no fim de Novembro e princípio de Dezembro.

INDEPENDÊNCIA

A possibilidade de cortar os laços com os territórios de Ultramar não estava assim tão afastada. Spínola, o ex-Governador Geral, era a favor de negociações com o movimento de resistência da Guiné, (PAIGC) e de uma independência guineense dentro de uma espécie de Comunidade Portuguesa. Este General acha-se profundamente interessado num tipo de relações económico-culturais, nas quais o Brasil também estaria envolvido. De qualquer forma, Spínola tinha a reputação, na Guiné, de ser um Comandante-em-Chefe capaz e uma pessoa relativamente humana, que tentava ganhar a confiança da população. Pensa-se que, desde que Spínola voltou à Metrópole, já reformado, em Julho, a sua influência junto de Caetano tem aumentado. Junto com seu amigo General Costa Gomes. Chefe do Estado Maior, ele advoga uma política mais «liberal e europeia» e teria tido êxito despertando em Caetano algum interesse para esta visão do problema colonial. Contudo, aos olhos da ala direita portuguesa, a liquidação do Império Colonial, mesmo em pensamento, é extremamente radical. Para evitar a «venda» do Império, os generais abaixo mencionados, todos da extrema direita, começaram a conspirar em Novembro e decidiram realizar um golpe de Estado pouco antes do Natal: General Kaulza de Arriaga, considerado chefe da conspiração (foi Comandante-em-Chefe das tropas portuguesas em Moçambique até à descoberta das chacinhas, no último Verão); General Silvério Marques, antigo Governador de Moçambique; General Luz Cunha, presentemente Comandante Militar em Angola e o General Trony, Comandante das Forças Aereas Portuguesas.



Esta é uma imagem da Suécia igual a tantas outras que já se tornaram rotinas e frequentes em quase todos os países do mundo: a solidariedade ao povo português através de passeatas e manifestações de protesto contra as suas guerras coloniais hediondas e a tortura dos presos políticos.

por Peter van Dijk

Este grupo militar recebia apoio «civil» da parte de Franco Nogueira, que ficaria sendo o Primeiro Ministro depois do golpe de Estado. No tempo de Salazar, Nogueira foi sucessivamente Ministro dos Negócios Estrangeiros e dos Territórios Ultramarinos. Como os conspiradores tinham apenas o apoio das Forças Aéreas, através do General Trony, enviaram um representante, um Tenente-Coronel, sondar um grupo de Capitães insatisfeitos, em meados de Dezembro, para saber se queriam participar num golpe de Estado contra Caetano. Este grupo, de aproximadamente 100 capitães, estava seguindo um curso no Instituto de Altos Estudos Militares, em Lisboa. Sabia-se que, no Verão de 1973, tinha manifestado a sua insatisfação quanto à política salarial e de promoções, no Exército, tendo nomeado uma comissão para tratar dos seus interesses. Os conspiradores pensaram poder utilizar esta insatisfação para os seus propósitos. Era muito importante que os capitães constituíssem o laço com as tropas, as forças que realmente lutam.

prisão domiciliar. O Tenente Coronel que tinha negociado com os capitães foi excluído para a Ilha da Madeira, logo depois. Os acontecimentos decisivos ocorreram num espaço de tempo de 4 ou 5 dias. Não se sabe se os quatro Generais ainda se encontram em prisão domiciliar. Mas foi certamente uma surpresa ver o nome do chefe da conspiração, General Kaulza de Arriaga, nas manchetes dos jornais oficiais do dia de Ano Novo. Com efeito, nessa ocasião foi divulgada uma declaração sua, na qualidade de Presidente da Comissão de Energia Atómica. Pode ser que esta seja a maneira que o Governo encontrou para significar que o assunto não tem importância. Entretanto, Spínola foi recompensado: apesar de estar reformado foi nomeado Chefe do Estado Maior adjunto das Forças Armadas Portuguesas. Até à semana passada este título não existia em Portugal.

(in Handelsblad, Holanda, 17-1-74)

MEMORIAL REPERCUTE

Em ofício datado de 31 de janeiro, Dirigido à Unidade Democrática Portuguesa, Jean Gazarian, assistente do secretário geral adjunto das Nações Unidas, confirmou que o Memorial das Organizações Democráticas Portuguesas da América sobre a questão colonial foi distribuído a todas as delegações representadas na Assembleia Geral da ONU.

Natal do Preso Político

Publicamos nesta edição as últimas contribuições para o Natal do Preso Político:

— Transporte	435,00
— Maria Irolinda	25,00
— Joaquim Quitério	20,00
— João Rino	130,00
— A. Pereira	20,00
— J. Correia	70,00
Total	Cr\$ 760,00

OUÇA A RÁDIO PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

PORTUGAL DEMOCRATICO
R. L. Baduró, 488 - 5.º S. - Sp - Brasil
AGÊNCIA CENTRAL
AUTORIZAÇÃO N.º 64283
PORTE PAGO - DR - SP